

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

JOAQUIM FAUSTINONI



**QUESTÃO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL
NO COTIDIANO ESCOLAR**

CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

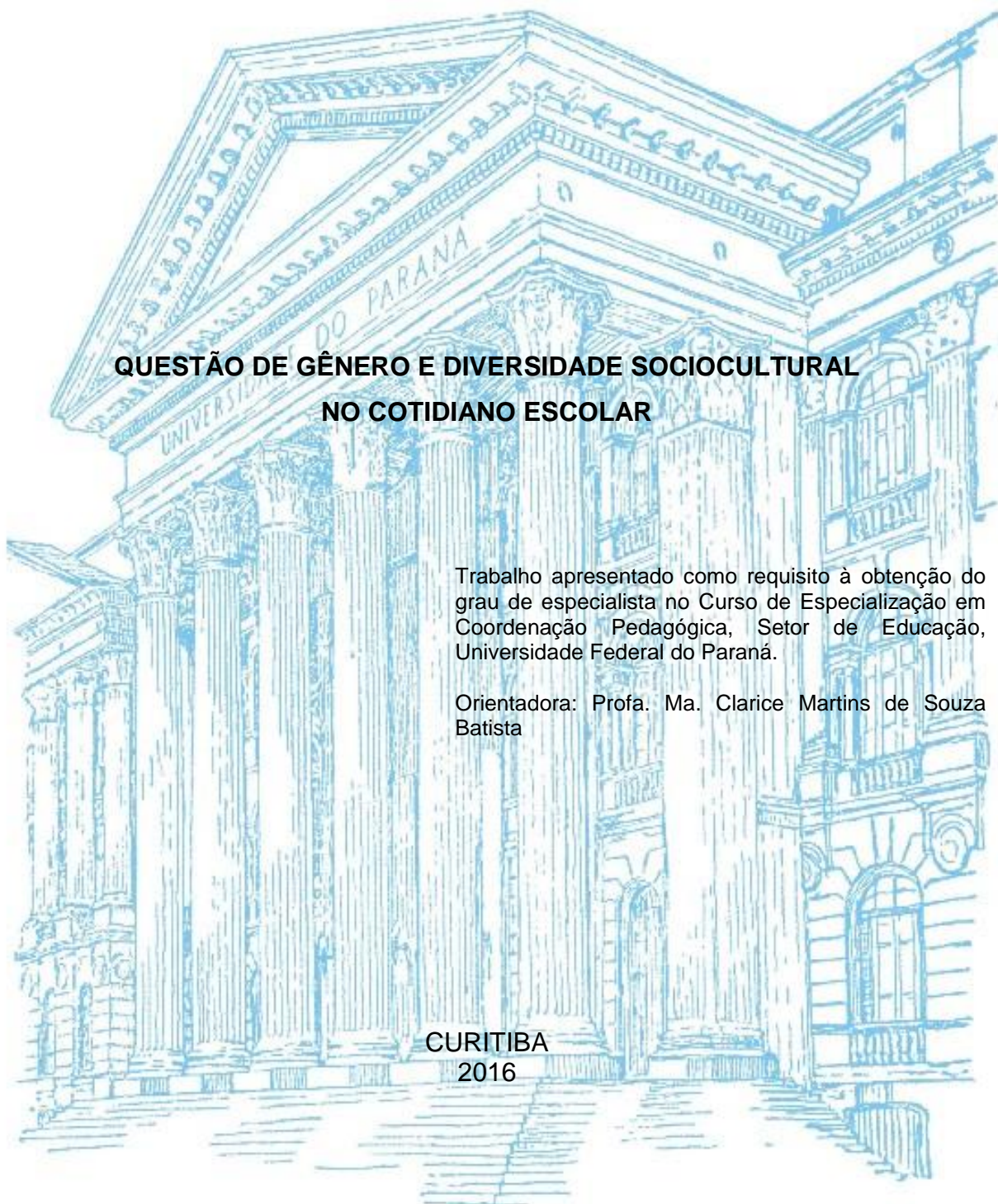
JOAQUIM FAUSTINONI

**QUESTÃO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL
NO COTIDIANO ESCOLAR**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Ma. Clarice Martins de Souza Batista

CURITIBA
2016



QUESTÃO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL NO COTIDIANO ESCOLAR

Joaquim Faustinoni¹

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar uma breve reflexão sobre diversidade sociocultural e gênero no cotidiano escolar, destacando as relações de gênero e sexualidade na escola, relações de gênero e a postura do(a) docente na vivência escolar, a percepção dos preconceitos e diferenças nas escolas lembrando a dificuldade de inclusão do tema no Brasil apresentando os inúmeros desafios e alguns avanços alcançados. Percebe-se que as diversidades têm sido um grande desafio, pois a escola atual não está de fato preparada para debater e realizar a interação do tema junto aos discentes, por tratar-se de temas ainda complexos e polêmicos para a sociedade em geral. Necessita-se apontar uma escola que garanta o respeito a todas as diversidades vivenciadas pelos educandos dentro da Instituição de Ensino, sendo espaço de inclusão, aprendizagem e construção da identidade do sujeito, percebendo constantemente que os educandos são sujeitos com potencialidades e limitações. Tal condição de preconceitos vivenciada por educandos nas situações de discriminação de gênero, diversidade sexual e diversidade cultural. É fato que o preconceito está presente no cotidiano escolar, por isso, a necessidade de se trabalhar o tema em uma educação inclusiva para todos os sujeitos da escola. O educando tem o direito de ser atendido em todas as suas necessidades educacionais, tendo em vista que a sua inclusão só acontecerá de fato e terá resultado se ele for respeitado em suas diferenças e potencialidades. Este artigo é realizado por meio de estudos bibliográficos com o intuito de comprovar a importância da inclusão de todos os educandos no conceito mais amplo de diversidade no ensino regular e seus reflexos no processo de ensino aprendizagem. Os principais teóricos utilizados são Louro, Camargo, Moreira e Candau, Marin, Albernaz, entre outros. Chega-se a conclusão da necessidade de se continuar refletindo sobre as questões de gênero, sexualidade e inclusão no espaço escolar.

Palavras-chave: Educação. Diversidade. Inclusão. Sociocultural. Gênero

¹ Artigo produzido pelo aluno Joaquim Faustinoni do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora mestra Clarice Martins de Souza Batista. E-mail: faustinoni2009@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem como temas gênero e diversidade escolar, e traz uma reflexão marginalizada e cada vez mais presente nos espaços escolares, pois a escola é um espaço sociocultural, sendo um espaço de significados, valores onde se faz necessário atender toda a diversidade existente dentro da Instituição. Nesta perspectiva o tema da diversidade escolar se torna de suma importância, colocando para as escolas uma renovação necessária que pode provocar mudança na sua mentalidade, assim criando estratégias de inclusão respeitando todas as diversidades dos educandos. A inclusão das diversidades deve ser uma preocupação nas políticas de inclusão, o direito do cadeirante deve ser implantado e garantido, principalmente no que se refere ao acesso à educação.

Convive-se com muitos dilemas na sociedade, que prefere muitas vezes se silenciar diante de inúmeras situações de discriminação e exclusão como o racismo, o etnocentrismo, a homofobia e o sexismo. Há entre as pessoas, uma estagnação reflexiva que edifica e ressalta as diferenças, garantindo hegemonia para uns e o sofrimento para outros. A segregação humana deveria revoltar a todos em dias atuais onde se é possível reconhecer com tantas informações e tecnologias, com avanços tecnológicos significativos. As pessoas apresentam justificativas, que perpassam questões de natureza humana, iludidas em teorias biológicas de superioridade. Essas questões quando observadas em um contexto histórico, foram aquelas que reprimiram e excluíram.

A pesquisa surge de nossos questionamentos sobre o espaço de trabalho em que percebemos a necessidade de se discutir situações de gênero, abordando o respeito com o outro.

O objetivo dessa pesquisa, é apresentar uma breve reflexão sobre diversidade sociocultural e gênero no cotidiano escolar, destacando as relações de gênero e sexualidade na escola, relações de gênero e a postura do(a) docente na vivência escolar, a percepção dos preconceitos e diferenças nas escolas lembrando a dificuldade de inclusão do tema no Brasil apresentando os inúmeros desafios e alguns avanços alcançados.

Pensou-se a pesquisa com uma proposta de uma educação que possa ser de fato um agente inclusivo e transformador social, promovendo uma aquisição

necessária de conhecimento e habilidades educacionais, com uma formação completa, percebendo que o educando é um sujeito na sua integralidade e assim deve ser respeitado e atendido por uma resposta eficaz, com qualidade que todo cidadão merece.

Toda a presente pesquisa fundamentou-se em referenciais teóricos, que embasaram especificamente sobre o assunto, possibilitando um trabalho pedagógico sistemático viabilizando um melhor desenvolvimento na aprendizagem das pessoas que vivenciam alguma situação de exclusão por ser um sujeito da diversidade, possibilitando ao educando em questão uma maior compreensão da realidade e do mundo. Fundamentalmente esta pesquisa versa sobre referencial bibliográfico para a contribuição sobre as relações de gênero e diversidade nas escolas.

A conclusão será apresentada por questões presentes no debate verificado nas discussões apresentadas, bem como uma proposta de reflexão sobre as mudanças necessárias para uma intervenção educacional para debate sobre diversidade sociocultural e gênero no cotidiano escolar.

Pensar estratégias de incursão pelo contexto escolar, o educador deve questionar e indagar cotidianamente a problematização do tema aqui refletido no cotidiano. Refletir e desmistificar significados atribuídos às questões relacionadas aos corpos, aos gêneros e às sexualidades, principalmente com intuito de analisar as práticas e os discursos direcionados aos/às adolescentes e que contribuíam/contribuem para a constituição de suas identidades.

Para Louro (2007, p. 209),

[...] Problematizar a noção de que a construção social se faz sobre um corpo significa colocar em questão a existência de um corpo a priori, quer dizer, um corpo que existiria antes ou fora da cultura. A identificação ou a nomeação de um corpo (feita no momento do nascimento, ou mesmo antes, através de técnicas prospectivas) dá-se, certamente, no contexto de uma cultura, por meio das linguagens que essa cultura dispõe e, deve-se supor, é atravessada pelos valores que tal cultura adota. Nesse sentido, seria possível entender, como fazem algumas vertentes feministas, que a nomeação do gênero não é, simplesmente, a descrição de um corpo, mas aquilo que efetivamente faz existir esse corpo – em outras palavras, o corpo só se tornaria inteligível no âmbito da cultura e da linguagem. (LOURO, 2007, p. 209)

A sociedade é construída a partir da construção histórica cultural, a partir das relações de comportamentos, linguagens, representações, crenças, identidades, posturas, vai inscrevendo tais construtos nos corpos dos sujeitos através de estratégias de poder/saber sobre os sexos. Segundo Paullilo este conceito explicita

[...] elaborações sócio-cognitivas e afetivas enraizadas na realidade social e histórica, ao mesmo tempo em que contribuem para construir esta mesma realidade, dando assim sentido às práticas sociais, são interpretações e reinterpretações da realidade; são, em última instância, um processo de produção de sentido. (2002, p. 69).

Há o desafio pela necessidade de uma educação integradora e inclusiva, que se volte para as diversidades, que respeite a pluralidade cultural, étnica e religiosa existente no contexto escolar, para poder compreender e valorizar a realidade múltipla de todos os educandos, no sentido que o respeito seja um princípio universal promovendo de fato o conceito de equidade da universalização de acesso ao ensino.

O grande desafio que se coloca é a necessidade de entender a relação entre cultura e educação. De um lado está a educação e do outro a ideia de cultura como lugar ou fonte, de que se nutre o processo educacional, onde se formam pessoas e consciência. (SOARES, 2003, p. 165).

No entanto, pensar estratégias que respeitem as diversidades socioculturais e igualdade de gênero de todos os estudantes, significa se colocar frente às diversas realidades conflitantes na escola, a atenção de se desenvolver um projeto político pedagógico que atenda a todos os educandos sem exceção.

A escola deve ter consciência de que tal tema, não está isento de dilemas, conflitos, tensões e resistência. Para Moreira e Candau (2005, p.78), “[...] as instituições de ensino sempre tiveram dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença, tendendo para a homogeneização e padronização”.

A qualidade social, conceito originário do Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, implica educação com padrões de excelência e adequação aos interesses da maioria da população, tendo como valores fundamentais a solidariedade, a justiça, a honestidade, o conhecimento, a autonomia, a liberdade e a ampliação da cidadania. (BOLLMANN apud FERNANDES et al., 2004 p.247)².

² Esse conceito, cunhado nos movimentos sociais, tem sua origem na redação do Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, consolidada no II Congresso Nacional de Educação, realizado em Belo Horizonte, em novembro de 1997 (FERNANDES et al., 2004:247).

Desde que o homem percebe as diferenças do ser humano, em que todas as diferenças, nessa amplitude em que se consegue construir como sujeitos de diferentes concepções e valores sociais e culturais.

1. METODOLOGIA

Classificamos a pesquisa como pesquisa de abordagem qualitativa, Marconi e Lakatos (2010) orientam que a abordagem qualitativa corresponde a uma pesquisa que tem como objetivo analisar e interpretar aspectos mais aprofundados do contexto pesquisado.

Realizou-se pesquisa bibliográfica com a finalidade de conhecer as discussões direcionadas a temática discutida. Para Gil (1994, p. 71) “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Realizou-se buscas em sites acadêmicos, livros e revistas.

Os principais teóricos utilizados são Louro, Camargo, Moreira, Albernaz, entre outros.

2. DIVERSIDADE NA ESCOLA

A diversidade pode ter muitos significados. A diversidade faz parte orgânica da escola em sua totalidade dinâmica presente na escola, sendo assim definida como algo presente em todos os seres humanos e todas as organizações sociais.

Segundo Carvalho (2002, p. 70) “Pensar em respostas educativas da escola é pensar em sua responsabilidade para garantir o processo de aprendizagem para todos os alunos, respeitando-os em suas múltiplas diferenças.”

Corroborando com Araújo (1998, p.44), que diz:

[...] a escola precisa abandonar um modelo no qual se esperam alunos homogêneos, tratando como iguais os diferentes, e incorporar uma concepção que considere a diversidade tanto no âmbito do trabalho com os conteúdos escolares quanto no das relações interpessoais.

Desde o início da humanidade deve-se perceber a diversidade presente na humanidade, por muito tempo ignoram-se as especificidades, reafirmando a igualdade entre todos os seres humanos, percebendo que a reflexão sobre as diferenças se reforçam a partir do final do século XX, sendo que esses espaços escolares são compostos por professores, alunos e comunidades pertencentes de diversos grupos sociais, políticos, econômicos, étnicos, religiosos, etc. A escola encontra inúmeros desafios frente a tais realidades da diversidade humana, ainda conserva concepções e práticas pautadas em tendências pedagógicas que acreditam no processo de aprendizagem homogeneizado, desconsiderando, a diversidade, ou seja, as diferenças.

Tais situações permeiam o chão da escola, uma vez que nas escolas convivem com um universo de diversidade que não consegue imaginar sua presença no cotidiano escolar. Ao analisar etimologicamente a palavra diversidade, pode-se constatar que, de acordo com o dicionário da língua portuguesa contemporânea da academia das Ciências de Lisboa, o conceito de Diversidade é definido como: Qualidade do que é diverso. 2. Conjunto que apresenta aspectos, condições, qualidades ou tipos diferentes. 3. Qualidade ou estado daquilo que é diferente ou que se opõe. Diferença, divergência, heterogeneidade, oposição (DICIONÁRIO, 2001. p. 1289).

Garantir a permanência e acesso de nossos educandos deveria ser a base de todo princípio da educação inclusiva com primordial respeito a todas as diferenças, onde as oportunidades são igualmente respeitadas, em todas essas diversidades, onde todos seres são singulares. Tal fato trata-se de denominar como diversidade as diferentes condições étnicas e culturais, as desigualdades socioeconômicas, as relações discriminatórias e excludentes presentes nas escolas e que compõem os diversos grupos sociais.

Este pensamento é corroborado pelo Conselho Nacional de Educação no seu Parecer n. 017/2001, quando reconhece que,

A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduz no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional. (BRASIL, 2001. 79 p.11)

Os profissionais de educação devem estar atentos em toda sua prática pedagógica que a escola deve ser um espaço capaz de reconhecer o outro e valorizá-lo de acordo com as suas necessidades, especificidades, garantindo que os educandos tenham um atendimento equitativo, onde as oportunidades a todos se desenvolvam de acordo com a realidade, promover uma educação que valorize as raízes de cada cultura, ou seja, uma educação multicultural.

Segundo Gadotti (1992, p. 21),

A escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista.

A constante reafirmação das ideias de pluralidade na sociedade, onde temas de conquistas e avanços de inclusão de minorias que por muito tempo viveram e vivem à margem de uma sociedade que não respeita o diferente em todas as suas especificidades, com um discurso segregador e de intolerância com o diferente da maioria. Segundo Piovesan (2009, p. 295-296):

Ao longo da história as mais graves violações aos direitos humanos tiveram como fundamento a dicotomia do "eu" versus o "outro", em que a diversidade era captada como elemento para aniquilar direitos. Vale dizer, a diferença era visibilizada para conceber o "outro" como um ser menor em dignidade e direitos, ou, em situações-limite, um ser esvaziado mesmo de qualquer dignidade, um ser descartável [...]. Nesta direção merecem destaque as violações da escravidão, do nazismo, do sexismo, do racismo, da homofobia, da xenofobia e de outras práticas de intolerância.

A escola precisa se adequar a tais realidades, buscar um movimento emancipatório de todos os sujeitos da diversidade, buscando tranquilamente para o sujeito da diversidade a possibilidade de relacionar-se melhor consigo e com todos que estão a sua volta. Nos tempos hodiernos, é pensamento corrente que para se

viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem.

É possível afirmar que os espaços escolares são promotores de práticas sociais, valores, crenças e de conhecimentos, pensando e promover uma reflexão clara de que todos os esforços devem ser de combate a qualquer forma de discriminação do sujeito da diversidade vivenciado em nossas escolas.

Todos estão inseridos em um espaço diferente onde se convive em famílias diferentes, economias diferentes, com valores diversificados. Nesta ótica a reflexão e ação referente a diversidade é indispensável.

A escola tem um papel fundamental em toda sua função social, no ambiente escolar concentramos um grande número de sujeitos da diversidade em sua, e que tem a responsabilidade de formar cidadãos críticos, conscientes e atuantes, não pode ficar indiferente. Precisa compreender a diversidade da sua população. De acordo com Soares (2003, p.161) “a escola precisa estimular as diferenças e dar significados para oportunizar e produzir saberes em diferentes níveis de aprendizagens”.

Faz-se necessário nas escolas a valorização dos diferentes em sua cultura, promovendo a integração, inclusão e acolhimento de todas as diversidades presentes no cotidiano escolar. Se colocar no lugar do outro se faz necessário para compreender com respeito às diferenças que se vivencia nas escolas. A escola deve ser pautada no respeito às diversidades culturais devendo ter como princípio uma política curricular da identidade e da diferença. Por outro lado, também não basta só reconhecer e celebrar a diferença, mas também questioná-la, a fim de perceber como ela está constituída.

No processo de ensino e aprendizagem se faz necessário a compreensão das especificidades de cada pessoa em suas complexidades, para reconhecer-se como coletividade, bem como indivíduos.

O fator da cultural é um fator determinante, no processo dos projetos educativos, tais projetos devem ser priorizados nas escolas, perceber que a escola é processo de construção nas diferenças, sendo a escola um espaço para o exercício da educação para a diversidade. Com valores e culturas que convivam e respeitem e entendam as situações de diversidades presentes em nossa sociedade.

Nesta perspectiva Marín (2003, p. 23) afirma que “a educação possibilita a preservação da diversidade cultural, cria um espaço democrático, dando lugar ao encontro e convivência entre as diferentes culturas”. Percebe-se que o respeito deve ser um dos maiores princípios norteadores das escolas, nas cadeiras de uma sala de aula são diferentes, por terem suas características individuais e pertencentes a grupos sociais distintos, mas é preciso efetivar uma pedagogia de valorização dessas diferenças.

3.1. A Escola

Qual a missão presente na concepção sobre as escolas como uma das principais instituições de nossa sociedade, pois as escolas recebem a confiança de preparar os futuros cidadão.

Segundo Alves (2000, p.55), a escola, na qualidade de organização formal de interesse público, deve:

[...] proporcionar de uma forma sistemática e sequencial a instrução (transmitindo e produzindo conhecimentos e técnicas), a socialização (transmissão e construção de normas, valores, crenças, hábitos e atitudes) e a estimulação (promoção do desenvolvimento integral do educando) das gerações mais jovens.

De acordo com Formosinho (1992, p.59) a escola é:

Uma organização específica de educação formal, marcada pelos traços da sistematicidade, sequencialidade, contato direto e prolongado e pelo interesse público dos serviços que prestam e certificação dos saberes que proporciona.

Segundo Dias (1998, p.90), “a escola é um sistema complexo de comportamento humano, organizado de modo a responder a certas funções no seio da estrutura social”.

Todos os educandos são determinados por um processo de maturação intelectual através das habilidades cognitivas com concepções culturais baseando assim a construção sócio cultural através das políticas educativas nas escolas.

Diogo (2006, p.24), concebe a escola como:

Um veículo de transformação social, econômico e cultural, que em parceria com as famílias e outros agentes comunitários pode desencadear movimentos sociais, que contrariem os constrangimentos impostos pelas forças reprodutoras, e acrescenta ainda que a escola para além de reproduzir adapta e transforma o que é transmitido pela realidade circundante.

As escolas têm uma grande responsabilidade social em toda sua função na sociedade que garante sua funcionalidade organizacional. Conclui-se que muitos teóricos afirmam que a escola é uma das maiores instituições onde deve-se garantir a formação integral dos indivíduos. Sendo que tal responsabilidade de formar cidadãos capazes de conviver com inúmeras diversidades. Porém, as escolas precisam perceber sua responsabilidade no processo de formação respondendo prontamente todas as mudanças presentes na sociedade de forma que responda as principais necessidades sociais.

3.2. Cultura

Analisa-se o conceito de cultura, considerando que diversidade e cultura são sinônimos no que se refere a escola, porém é necessária reflexão sobre os conceitos.

Esta relação entre cultura e educação é definida por Forquin (1993, p.10)

Como sendo: uma relação íntima e orgânica. Quer se tome a palavra educação no sentido amplo, de formação e socialização do indivíduo, quer se restrinja unicamente ao domínio escolar, é necessário reconhecer que toda educação, é sempre educação de alguém por alguém, ela supõe sempre e necessariamente, a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências, crenças, hábitos, valores, que constituem o que chamamos precisamente de cultura.

O conceito de cultura deve ser compreendido em sua compreensão universal, sendo conceituada por inúmeros autores. Cultura é este conjunto complexo que inclui conhecimento, crença, arte, lei costumes e vários outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. (LEVI-STRAUSS, apud MELLO, 1986. p. 397).

Perceber que a cultura é uma construção social, cheio de complexidades e conflitos. A escola sendo este espaço cheio de influências nas mais diversas

culturas onde a escola é um local que deve abarcar todas as pessoas que estão inseridas em seus diversos espaços. Respeitar um universo de concepções culturais se torna um dos maiores e mais necessários para a inclusão das diferentes culturas presentes nas escolas e sabendo que essas diferentes culturas vivenciadas nas escolas promovem conflitos constantes nos cotidianos das escolas.

3. RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

Todos os educandos fazem parte de um processo do meio em que estão inseridos no meio histórico sócio cultural em que vivem. A escola é um espaço de vivências onde ocorre o desenvolvimento do sujeito social na sua integralidade, percebendo-se na sociedade. Talvez uma das mais marcantes, do ponto de vista das relações entre os seres humanos seja a questão de gênero. Sendo que a escola é este espaço de diferenças e na grande maioria das vezes a primeira concepção de gênero, perceber a diferença do menino e da menina, as disputas impostas pelas relações bio/pisco e social dos educandos. Meninos e meninas disputam/dividem espaços, reproduzem/superam valores, entram em conflitos.

Perceber a importância do debate e trabalho em nossas escolas frente as diferenças de gênero e sexistas em nossas escolas. Como observa Louro (1997), a escola é um dos lugares onde se percebe os conflitos, recheados de interações e interpretações, com inúmeros limites de espaço e concepções de mundo.

4.1. Relações de Gênero e a Postura do (a) Docente na Vivência Escolar

As relações de gênero são presentes em todo o espaço escolar, muitos enraizados as influências da reprodução sexista, onde os educandos são reconhecidos não pelo seu gênero, mas pelo seu sexo biológico. Fica claro a ideia machista quando se forma os educandos em filas masculinas e femininas reforçando com naturalidade uma concepção machista em que o homem e a mulher têm um papel, as meninas se comportam e os meninos fazem bagunça, e o discurso reproduz tal ideia cotidianamente, definindo que as crianças são produtos do que pode ou não ser feito pelos educandos em sua vivência de sexualidade.

Sendo que é comum os adultos estabelecerem o que é a sexualidade de uma criança, constantemente constata-se na sala de professores reprodução da ideia de qual o objeto de desejo de um educando que muitas vezes nem tem a concepção do que deseja de fato e de como é o desejo desse educando, mas o adulto estabelece de que forma este educando deve se comportar e muitas vezes sem o preparo necessário ele se coloca na condição de correto e assim causa danos irreparáveis pela sua ideia preconceituosa de como lidar com as situações de gênero. Com afirma Camargo e Ribeiro, (1999, p. 34):

[...] a infância é falada na voz do adulto e de acordo com seu pensar[...], esquecendo-se de que a sexualidade é uma dimensão da existência, que não tem idade[...] e esquecendo-se também de que a criança elabora suas próprias teorias sexuais de acordo com suas vivências em um estilo pessoal, individual, único.

A sexualidade se torna algo que deve ser escondido e na maioria das vezes vivenciado de forma errônea, sendo que a escola reproduz uma noção de sexualidade que restringe a vivência da sexualidade. Sendo que promover uma educação para a sexualidade se faz necessário em toda prática pedagógica.

Os educadores devem vencer seus preconceitos para combater toda discriminação, seu papel é fundamental no processo de formação humana.

Reafirma-se a necessidade de os educadores assumirem uma postura frente às problemáticas de gênero em referência aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Neste ponto, afirma Guacira Louro (1997), a necessidade de uma concepção ética da prática profissional dos educadores se faz necessário, para o combate de qualquer forma de discriminação nos espaços escolares, em todas as práticas cotidianas discriminatórias seja ela por orientação sexual ou de gênero. Enfatiza-se que as medidas propostas pela autora são essenciais, porém lembra-se que:

[...] transformar as relações de gênero é algo que vai muito além do que juntar meninos e meninas nos trabalhos escolares ou dar o mesmo presente a meninos e meninas no dia das crianças. Não é uma mudança apenas racional, pois mexe com as emoções, com relações investidas de afeto, além de incidir nas estruturas institucionais. (ALBERNAZ; LONGHI, 2009 p.89)

As escolas são carregadas de estigmas e preconceitos reprodutores das relações de gêneros, os educadores são convidados refletir sobre a sua função

frente as práticas preconceituosas, sendo que se interfere na vida de muitas pessoas em os seus significados mais amplos de masculinidade de feminilidade que constroem as relações pessoais e sociais estabelecidas no chão das escolas.

4.2. Percebendo os Preconceitos e Diferenças nas Escolas

No desenvolvimento pessoal provocado a vivenciar a sexualidade com as mais diversas formas de desenvolvimento de prazeres e afetivos nos mais diversos meios em que o sujeito encontra-se inserido. A educação é cheia de significados com limitações e proibições diante de temas que são considerados como tabus, principalmente nos discursos fundamentalistas e conservadores que se encontram nos espaços escolares. Os educandos diariamente sentem seus corpos e de alguma maneira precisam manifestar as suas sensações e na maioria das vezes manifestam nas escolas, causando espanto aos fundamentalistas quando os educandos tendem a significar toda a sua condição de vivencia diante de sua sexualidade.

Dessa maneira, a escola tenta ser essa instituição de controle, desse modo, na escola o controle dos corpos infantis passa pela negociação de seus saberes sobre a sexualidade, pela prioridade que os conhecimentos cognitivos, afetivos e motores adquirem na organização do planejamento, pela divisão do sexo e da idade, pela contenção da expressão da sexualidade, considerada exclusivamente de domínio privado. Por isso, sentimentos de vergonha e embaraço são ligados à sexualidade através das diferentes estratégias de disciplina dos corpos, constringendo a manifestação de comportamentos considerados inadequados ao espaço da escola.

Em instituições a ideia de masculino e feminino é construída historicamente, na condição da moral de cada época, povo e sociedade. Dessa forma cada local desenvolve um modelo de comportamento para o homem e para a mulher. Os estereótipos são construções estabelecidas principalmente em escolas onde as relações de gênero são enraizadas nos discursos de docentes e educandos. Enfim, a sociedade foi construída com base nas diferenças e principalmente numa

perspectiva sexista. Diante dessa realidade, destaca-se o sexismo segundo Nunes e Silva (2000 p. 68-69):

Consiste em identificar características que evoquem determinismos diferenciais e conceituações significativas pejorativas entre as identidades de gênero. Significaria reconhecer que o homem, grosso modo, tomado aqui como identidade de gênero, seria identificado e definido como essencialmente lógico, forte, objetivo, autônomo, voltado para atividades afirmativas, solidárias, conscientes, racionais e determinadas em oposição a uma concepção de feminilidade intuitiva, emocional, sensitiva, voluntarista e pré-racional.

A Prática cotidiana promove a ideia, bem como a comunicação em um simples artigo, se referindo na maioria das vezes todos como masculino. As construções de imaginários e linguagens machistas, promovem um desserviço nas relações de gênero, onde a mulher é tratada de forma diferenciada, simplesmente por uma questão de gênero. A naturalização de códigos que promovem uma ideia machista nas linguagens, provocando deliberadamente uma desigualdade de gêneros. Se colocar atentos às reproduções de ideias preconceituosas na linguagem carregada de estigma e preconceito na figura de educador reproduz constantemente a ideias de uma sociedade machista, Para Louro (1997) a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças. Um exemplo disso seria o fato de uma aluna saber que, sempre que a professora disser que “os alunos que acabarem a tarefa podem ir para o recreio” ela deve sentir-se incluída. Esse e outros exemplos exemplificam formas sexistas de tratamento.

As escolas com tantas contribuições diante das relações de gênero, estabelecendo uma noção territorial de que meninos e meninas não podem ter o mesmo interesse, ou mesmo interesses diferentes do da “maioria”, sendo que na linguagem de matérias pedagógicas com negações do diferente, estabelecendo heteronormatividade, e o sujeito da diversidade na maioria das vezes é tratado como inferior, sendo tratado como anormal.

A marginalização realizada pelas questões de gênero e orientação sexual se torna um transgressor da “normalidade” ou “maioria”, desta maneira as meninas, os gays, lésbicas são expostos a ridicularização de seu comportamento frente aos “normais”, sendo que como educadores devemos respeitar todas as diferenças, muitas vezes percebemos que os educadores confundem o aceitar com o respeitar,

posso não entender, porém preciso ver meus educandos como sujeitos de um processo pedagógico em toda as suas diferenças, todo esse mundo diversificado de expressões culturais e sexuais que experimentamos na escola. Afirmamos que necessitamos de uma escola que se insira e insira todos os sujeitos e a escola tem seu papel chave de combate a discriminação sendo fundamental para a mudança de mentalidade de uma sociedade fundamentalista, através da reflexão das práticas que ainda legitimam posturas de diferenciações, hierarquizações e preconceitos a respeito de questões que envolvem gênero e sexualidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve a intenção de apresentar a problemática presente questões de gênero e diversidade cultural na escola, este trabalho que contou com pesquisa bibliográfica, passando por diversos autores que contribuíram com a reflexão a respeito do tema.

A educação deve se embasar nas concepções históricas, onde toda pessoa humana deve ser atendida em suas necessidades, toda ação política no que se refere à diversidade deve ser estimulada para garantir uma educação transformadora em todo processo social de aprendizagem, uma educação em que todos os sujeitos vivenciem uma educação inclusiva de fato.

No entanto, desses supostos avanços, ainda não se efetivou uma escola inclusiva. Garantindo que o educando permaneça no ensino, próprio das legislações com avanços significativos, porém, necessita-se incitar as modificações de uma escola que atenda a todos os sujeitos, de forma eficaz para os educandos sujeitos das diversidades.

É dever da escola e da sociedade, garantir o que é direito em uma escola plena em sua missão de educar a todos com um conhecimento acessível, inclusão em todas as escolas regulares, que as leis e documentos sejam de fato cumpridos em todos os estabelecimentos de ensino, reduzindo qualquer forma de conflito vivenciado nos espaços escolares. Uma formação para educadores que inclua todos os educandos que vivenciam qualquer forma de diversidades nas escolas. A

promoção do acompanhamento dos educandos na sua forma plena atendendo todas a necessidade, com educadores qualificados e acessibilidade nos espaços escolares, dinamizando e garantindo todos os processos de aprendizagem dos educandos, conforme previsto em lei.

Tal medida faz-se necessária para que os educandos, seja ele quem for, deve-se combater a falácia da educação inclusiva, sendo de fundamental importância de pensar uma escola de fato uma escola de qualidade para todos.

Acreditamos que atingimos o objetivo desse trabalho que é trazer uma breve reflexão sobre diversidade sociocultural e gênero no cotidiano escolar. Estudar e incitar a discussão desse tema em uma escola que seja de qualidade para todos e todas educandos e educandas, uma educação inclusiva e com acessibilidade é possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, L. S.; LONGHI, M.. **Para compreender gênero**: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. **Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009, p. 75-95.

ALVES, N. (2000). **Espaço e tempo de ensinar e aprender**: Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. **O déficit cognitivo e a realidade brasileira**. In:AQUINO, Julio Groppa (org.): **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 44.

BOLLMANN apud FERNANDES et al.,2004 p. 247, **Plano Nacional de Educação** – Proposta da Sociedade Brasileira, consolidada no II Congresso Nacional de Educação, realizado em Belo Horizonte, em novembro de 1997

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de Outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/sicorde/dec5296.asp>. Acesso em 15 de março de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/SEESP 2001. 79 p.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Cláudia. **Sexualidade(s) e Infância(s): a sexualidade como tema transversal**. Campinas, SP: Moderna, 1999.

CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras para a aprendizagem**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação,2002. p. 70, 75,106, 111, 120, 174.

DIAS, A. G. (et all). **Autonomia das escolas, um desafio**. 1998. Lisboa: Texto Editora – Educação Hoje.

DICIONÁRIO. **Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa**. 2001. Lisboa: Verbo, I Volume, p. 1289.

DIOGO, F. **O currículo escolar face à diversidade**: Currículo e Multiculturalismo. 2006. Coimbra: Edições pedagógico.

FORQUIN, J. C. (1993). **Escola e Cultura**. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas.

FORMOSINHO, J. (1992). **Da crise da educação escolar à diversificação da função docente**: reflexos sobre a formação de professores. Braga: Universidade do Minho Texto policopiado.

GADOTTI, M. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Juiz de Fora: Graal.1992. p. 21, 70.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LÈVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Edições tempo brasileiro

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. Educ. rev., nº 46, dez. 2007, pp.201-218.

_____. **Gênero, sexualidade, educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. **Educação escolar e cultura**: Educação como exercício de diversidade. 2005. Brasília: revista Brasileira de educação

MARÍN, J. Globalización, diversidad cultural y practica educativa. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba: Champagnat. v. 4, n.8, jan./abr. 2003, p. 11-32.

MELLO, L. G. de. **Antropologia Cultural**. 1986. Petrópolis: Vozes.

NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança**: polêmicas do nosso tempo. Campinas, SP: Autores associados, 2000.

PAULILO, M. A. S; BELLO, Marília Gonçalves Dal. **Jovens no Contexto contemporâneo**: vulnerabilidade, risco e violência. Serviço Social em Revista (Online), Londrina, v. 4, n. 2, 1999.

PIOVESAN, F. **Igualdade, diferença e direitos humanos**: perspectivas global e regional. In: LEITE, G.; SARLET, I. Direitos Fundamentais e Estados Constitucional: estudos em homenagem a j. j. gomes canotilho. São Paulo: RT/Coimbra: Coimbra Ed., 2009, p. 294-322.

SOARES, M. B. (2003). **Língua escrita, sociedade e cultura**: Relações, dimensões e perspectivas. São Paulo: Revista Brasileira de Educação